

Vinte anos depois da queda do muro: o *rostro* democrático, o *utilitarismo* atraente mas devastador, o combate pelos valores, a «tragédia» da revisão constitucional e ainda o próximo ciclo eleitoral

1. Dois séculos após a tomada da Bastilha, dá-se a queda do muro de Berlim. Acreditava-se, com boa dose de razão, que se assistia, em definitivo, ao triunfo da democracia sobre a revolução. Ao triunfo da *ideia democrática* sobre a *ideia de revolução*. Assistia-se à derrocada dos regimes políticos totalitários do leste e do centro europeus e outras suas directas emanações ou versões *etiquetadas* como democracias populares ou revolucionárias, um pouco por toda a parte, e de alguma forma sustentadas numa concepção segundo a qual «... todas as instituições implícitas na natureza da sociedade devem fluir da autoridade pública suprema e ser por ela controladas, comandadas, supervisionadas...» (Hegel).

Hoje, vinte anos depois da simbólica queda do muro e do início da vertigem libertária que a irrupção do ideário democrático gerou, potenciou ou favoreceu – entre nós, ela contribuiu seguramente para acelerar dinâmicas internas de mudança que a crise evidente do sistema vigente propiciava e a sociedade cabo-verdiana, ou alguns de seus segmentos, no país e nas diásporas, postulava – sabemos que um tal triunfo, bem que decisivo, se não revela ainda irrestrito e que longe estamos de uma qualquer utopia de *fim da História*.

2. A verdade é que as democracias e os estados de direito, na exacta medida em que procuravam enraizar-se e tornar-se mais consistentes, mostravam-se mais exigentes na sua dimensão de regimes, sistemas e formas de vida que se não esgotam em formas de organização, rituais, procedimentos, valores, regras e instrumentos simbólicos rápida e facilmente apreensíveis pela generalidade dos cidadãos ou mesmo dos poderes. O domínio dos fundamentos da nova forma de organização e exercício do poder político, dos critérios de legitimação da acção dos governantes e outros titulares do poder representativo, ou dos mais sofisticados instrumentos de afirmação do estado que é de democracia e é constitucional e de direito amiúde se torna ilusório, gerando-se muitas vezes apelos a práticas, a leis, a atitudes, a ideias e regras, e, não raro, a subversões claras do ideário que se pretende realizar. Apelos vindos até de quem tem o dever indeclinável e primeiro de defesa das exigências de um Estado inspirado senão fundado por um critério superior da liberdade (Bettiol). Apelos ingénuos e irracionais, a final, – fruto da incompreensão ou de uma visão distorcida da dimensão essencial da democracia – provenientes por vezes de intelectuais, académicos e confessos adeptos da democracia, como se se pudesse defender o estado de direito, negando-o permanentemente nos seus pilares e fundamentos.

Facto que se evidencia em momentos de maior complexidade, de crescentes dificuldades ou de hesitações no percurso político, na vida económica e social das comunidades e das nações, surgindo, então, sinais de alguma decepção, senão mesmo de descrença nas virtualidades dos regimes fundados de forma irrenunciável nas liberdades, para a obtenção de fins como o bem-estar, a prosperidade, a segurança pessoal, enfim, o desenvolvimento pessoal e comunitário. Facilmente, então, encontra terreno fértil o discurso radicalizado e virulento contra o estado constitucional – afinal, aquele que define a constituição não só como fundamento mas também como limite do poder político e do seu exercício – , as liberdades, os direitos fundamentais, senão mesmo a eminente dignidade da pessoa humana, esteio decisivo e cimeira fundação do próprio estado de direito que se pretende erigir. Discurso atravessado por equívocos de toda a espécie, como os que pretendem contrapor, na forma de uma completa e mútua *exasperação* de efeitos, garantias do arguido a protecção legítima dos interesses das vítimas, direitos fundamentais de reclusos a direitos fundamentais dos que vivem em liberdade, direito à liberdade e direito à segurança, direitos a deveres, numa lógica em que, se quisermos simplificar, havendo *tensão* entre exigências de sentido diferente ou contrário, ou estando na *fronteira* entre afirmar e cercear direitos, se aponta sempre e inexoravelmente no sentido do *utilitário*, do *aparentemente* eficaz, enfim, da negação do núcleo essencial e irreduzível do estado de direito.

Ora, é nestes momentos difíceis que mister se torna o combate persistente, paciente, pedagógico, mas firme e determinado... pelos valores, pelo ideário, que há vinte anos começou o seu percurso triunfante. Um combate a todos os níveis, o das instituições do estado, o das instâncias da sociedade civil, o dos partidos políticos (que não deixam de ser um subsistema da sociedade civil). Um combate actual e prioritário, contrariamente ao que pode parecer quase vinte anos depois do triunfo da democracia em Cabo Verde. Efectivamente, se o poder instituído em 1991, com uma forte legitimação popular, cedo se lançou numa tarefa de construção das bases jurídicas e institucionais de um Estado moderno e democrático, num trabalho hoje reconhecido por quase todos como altamente meritório e decisivo para os caminhos de um desenvolvimento sustentado, no domínio da luta pela afirmação alargada, *massificada*, consistente dos valores, dos fundamentos e pressupostos do estado de direito, confrontando-os continuamente com os do passado vencido, ele não se revelou eficaz. Dito de outro modo, a mais relevante omissão do novo poder situou-se na área da afirmação crescente e definitiva de uma cultura de democracia, de uma cultura do estado (constitucional) de direito. Uma omissão com as consequências hoje visíveis de *fracturas* e tentações de subversão do pensamento democrático fundamental.

3. Equívocos, ao menos alguns equívocos, que têm marcado o processo de revisão constitucional, em especial o discurso sobre a reforma da constituição, vindo de alguns segmentos políticos e absorvidos acriticamente por muitos sectores dos *media*. É indiscutível que a Constituição necessita de melhoramentos, de adaptações a novas fenomenologias sociais e políticas, mas do que se trata é sempre de uma revisão e não de uma «transição constitucional» (como sucedera em 1990) e muito menos de uma ruptura, de uma revisão e não de uma nova constituição. O que significa que o

processo em curso deverá manter o seu *rosto identitário*, o que impõe que ele se realize com serenidade e não num ambiente de artificial *stress* constitucional. Sejam claros e frontais: a revisão que se fizer e no sentido, por exemplo, de favorecer as condições para um sistema de justiça mais adequado aos novos tempos, mais apto a um desempenho com independência, com razoável eficiência e produtividade e com qualidade, enfim, com justiça, por si só não vai resolver os problemas mais instantes do funcionamento da justiça em Cabo Verde, como se de uma varinha mágica se tratasse. Sem outras e muitas medidas – introdução de critérios exigentes de responsabilização, de recrutamento e progressão de magistrados, melhoria do estatuto dos magistrados, instalação do Tribunal Constitucional, reforço dos meios de intervenção dos tribunais, políticas de qualificação dos agentes da justiça, entre outras – será ilusório apostar «tudo», investir toda a «fé» reformista na revisão da Lei Fundamental.

4. Rasamente: revisão, sim, mas não se faça de tal necessidade uma operação de vida ou morte. Se ela não se fizer agora, não será nenhuma tragédia nacional. A revisão não pode é ir no sentido da erosão daquele núcleo irreduzível e essencial, sem o qual já não estaremos no campo da liberdade mas do seu oposto; ela não deve é estar condicionada, sitiada, ou ir a reboque de um qualquer utilitarismo demagógico, de vistas curtas e devastador a prazo.

5. Não houvesse razões outras, estas – a final, o aprofundamento da democracia, o fortalecimento de uma cultura do estado de direito, a extensão da cidadania, o crescente e livre desenvolvimento da personalidade ética individual – constituiriam seguramente estímulo suficiente para que, no próximo ciclo eleitoral, as escolhas – dos deputados, do governo e da chefia do Estado – sejam feitas com um *conteúdo de sentido*: uma escolha de democratas genuínos e convictos, de defensores firmes e empenhados da constituição e do estado de direito, de quem tenha a memória do sentido da queda do muro de Berlim.

Jorge Carlos de Almeida Fonseca

jcafa@yahoo.com/jcfonseca@cvtelecom.cv